

NOVA REPÚBLICA

A Comissão Constitucional

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não vai elaborar um projeto de Constituição. Ela se limitará, apenas, a aferir a vontade popular, a fim de refletir os diversos segmentos sociais brasileiros, e ordenar essa vontade em trabalhos jurídicos. A comissão não pretende "nem limitar nem condicionar a tarefa dos futuros constituintes", informa a justificativa do decreto que cria a comissão, expedido pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra.

Segundo ele, que divulgou o decreto sexta-feira em Brasília, a comissão visa apenas proporcionar aos constituintes eleitos em 1986, o "conhecimento da vontade nacional, que soberanamente representa". Fernando Lyra informou, também, que os nomes que comporão a comissão serão divulgados até o final desta semana pelo presidente José Sarney, no Palácio do Planalto.

Justificando a demora na divulgação do decreto, Fernando Lyra afirmou que o presidente agiu com calma, para "compatibilizar a exposição de motivos com o decreto e escolher melhor quem trabalhará". Disse

Mais partidos

por Eliana Simonetti
de Brasília

O Partido Comunitário Nacional (PCN), o Partido Trabalhista Renovador (PTR) e o Partido da Nova República (PNR) são os mais novos habilitados para concorrer às próximas eleições municipais. São, até agora, 29 partidos em formação, além dos 5 já formados e com registros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Há outros pedidos de habilitação no TSE, mas apenas dois deles têm condições de obter deferimento para o pleito de novembro. Um deles é o Partido Socialista Brasileiro (PSB), de Aluizio Perminio de Souza, de nome idêntico ao partido fundado por Antonio Houaiss e Marcelo Cerqueira. Perminio, apesar de ter requerido a habilitação de seu partido antes de Marcelo Cerqueira, ainda não obteve o deferimento do ministro Torredão Braz, do TSE, que deverá

ainda o ministro que as várias e duras críticas que o projeto recebeu ajudaram muito na sua elaboração, servindo para dissipar dúvidas. Para Lyra, "a mais forte reação foi a do Congresso, que imaginou que a comissão ia interferir no seu trabalho constituinte".

juizar também seu pedido de impugnação do PSB já habilitado.

O ministro José Guilherme Vilela havia deferido a habilitação do Partido Social Trabalhista (PST) no dia 11 de julho, mas, como foram levantadas dúvidas acerca da autenticidade dos documentos do partido, o ministro relator reconsiderou seu despacho, cancelando a habilitação. Agora, o TST terá de apresentar, a pedido do procurador geral eleitoral, José Paulo Sepúlveda Pertence, o livro de ata em que foram lavrados os originais dos documentos. Além disso, foram intimados, para esclarecimentos, Dalmo Nogueira, Hélio de Mattos, Gilberto Campos de Souza, Altamir Pessoa Filgueiro e João Ferreira da Silva. Apesar das complicações, no entanto, ainda é possível que o partido concorra às próximas eleições municipais.

Outra reação que foi considerada na elaboração do texto do decreto era a preocupação de que o estudo feito pela comissão virasse um projeto constituinte do governo. Assim, disse Fernando Lyra, foi eliminada qualquer palavra que pudesse levar à idéia de que a

função da comissão é elaborar o projeto; também a dúvida da OAB foi dissipada, "e a comissão não vai interferir na Constituinte". A prova de que não vai interferir, segundo Lyra, é que ela funcionará apenas por dez meses, tirando qualquer possibilidade de choque. A comissão será instalada dia 20 de agosto, no Ministério da Justiça, em Brasília.

"Considerando que todos os brasileiros, todas as instituições representativas da sociedade, públicas ou privadas, devem colaborar com os trabalhos da Assembleia Constituinte, para que se obtenha ampla representatividade nacional", o presidente José Sarney decreta: fica instituída, junto à Presidência da República, uma comissão composta de cinquenta membros de livre escolha do chefe do Executivo.

No artigo segundo, o decreto diz que a "comissão se auto-regulamentará", e será presidida por um membro designado pelo presidente José Sarney. Caberá ao presidente da comissão designar o secretário executivo, que já está formalmente indicado, como sendo o jornalista Mauro Santayana. Ao Ministério da Justiça caberá prover os meios necessários ao funcionamento da comissão.